

O programa de ajustamento da economia nacional levou as autoridades a formular, no bojo da terapia recessiva, metas específicas em relação à inflação. A curto prazo, trata-se de lograr uma taxa média mensal de 5% para o último trimestre do ano, chegando-se assim a uma taxa anual de 160%. Esses são os números apresentados ao Fundo Monetário Internacional e que foram levados em consideração por este órgão, quando assumiu a coordenação da negociação da dívida externa com os bancos credores.

Poucos dias depois da assinatura da carta de intenções, entretanto, o governo brasileiro já começa a concluir que dificilmente esta meta será respeitada em virtude de erros na política de comercialização da safra. Como se recorda, no afã de angariar dólares para obter um saldo comercial positivo, as autoridades optaram por exportações de milho e de óleo de soja, descuidando totalmente da formação de estoques de segurança para o consumo interno. Com os pro-

blemas climáticos advindos pouco antes da colheita, o milho tornou-se escasso, a dano dos inúmeros setores que dele necessitam como matéria-prima. A reação dos preços foi imediata: levantamentos feitos tanto com os produtores como no varejo indicam altas superiores a 300% nos últimos 12 meses, forçando o País a importar aquilo que acabara de exportar. O prejuízo é dificilmente calculável, pois, afora a diferença (para maior) nas cotações externas, há que se computar as consequências da escassez do produto para os criadores de aves e suínos, além das fábricas de rações.

Para isto, contribuiu sobremaneira a política desastrada da Comissão de Financiamento da Produção, cuja estratégia de formação de estoques se revelou totalmente inadequada às necessidades de consumo. Quanto à soja, o governo alega ter aproveitado a alta das cotações motivada pela quebra da safra norte-americana. Todavia, abandonou por inteiro o abastecimento interno, pro-

vocando o desaparecimento do óleo de soja e o surgimento de um autêntico mercado negro deste produto, obviamente a solução clássica para fugir ao tabelamento de preços.

Ao se examinar a evolução dos índices inflacionários ao longo do presente ano, é difícil encontrar um mês durante o qual não tenha sido destacada a forte pressão dos produtos agrícolas. Na composição da taxa anual de agosto passado — 152,7% —, verificou-se que tais gêneros registraram alta de 235,7% no atacado. Os motivos, por demais conhecidos, não impediram, contudo, as autoridades de garantir que a inflação chegaria à média mensal de 5% no derradeiro trimestre. Trata-se, na realidade, de perigoso prognóstico, quando os próprios técnicos do governo já antecipam que a variação do Índice Geral de Preços para setembro não será inferior a 11%.

Não se comprehende nem se justifica a insistência com os desvios da programação econômica. No início do ano, o governo trabalhava com

uma previsão de 75 a 85% para a inflação, revendo-a em abril para 120%, antes de chegar ao triste índice dos 160%, prometido ao FMI. Como se não bastasse o malogro da estratégia de combate à inflação, as autoridades persistem na divulgação de fantasias, complementando deste modo o famigerado recurso ao expurgo da verdade das estatísticas. Não há produto alimentício cujo preço não tenha superado praticamente a barreira dos 200% de aumento nos últimos 12 meses. No entanto, dois dias depois de obter uma resposta afirmativa por parte do FMI, as autoridades retomam sua prática viciada de dar seqüência às mais descabidas justificativas para o afastamento das metas programadas.

Tudo indica que, além de terem perdido a credibilidade, os tecnocratas deixaram igualmente de lado a responsabilidade social. Provavelmente, consideraram que a sociedade brasileira é suficientemente crédula para confiar em suas declarações e em seus atos...